



PODER

Governo entra em campo por fundo eleitoral

Em parecer ao STF, AGU defende a rejeição da ação que questiona o valor destinado às campanhas. Montante pode atingir R\$ 5,7 bilhões

» INGRID SOARES
» JORGE VASCONCELLOS

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu, em manifestação enviada ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade do aumento do valor do fundo eleitoral de 2022, que vai financiar, com dinheiro público, as próximas campanhas políticas. O órgão também pediu à Corte que rejeite a ação em que o partido Novo pede a revogação da aprovação do fundo. Na argumentação, a AGU nega que tenha sido feito um “novo cálculo” fora dos parâmetros legais.

Em dezembro, o Congresso Nacional aprovou o relatório final do Orçamento de 2022, com previsão de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral. Mas o valor final pode ficar ainda maior, caso avancem as negociações do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, junto ao Ministério da Economia, para que as campanhas eleitorais deste ano contem com R\$ 5,7 bilhões. A equipe econômica busca uma forma de remanejar R\$ 800 milhões para turbinar o fundo dentro da revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Segundo a manifestação da AGU, “não se apresenta razoável partir da premissa de que a destinação de recursos para campanhas eleitorais, definida por critérios legais, estaria a depender de um sarrafo quantitativo para sabermos se atende ou não ao princípio constitucional da moralidade”. O órgão afirma que os critérios para a distribuição dos recursos do fundo estão “delineados em lei”.

“O que se fez foi estabelecer a diretriz para o projeto de lei orçamentária de 2022, no caso, como se discriminam as dotações destinadas ao Fundo, em convergência com o piso e com

os critérios estabelecidos na Lei nº 9.504/1997. Não se criou nova fórmula de cálculo para o aumento discricionário do Fundo”, acrescenta a AGU.

Conforme o órgão, “a forma de distribuição dos recursos, por sua vez, guarda uma métrica objetiva e legalmente prevista, de modo que adotar a premissa de que, quanto maior for o valor destinado para as campanhas, maior será o desvio de finalidade, seria, por si só, um equívoco, sobretudo, por estarmos diante da ausência de elementos concretos para tanto”.

Argumentação

Na ação no Supremo, o Novo argumenta que o dispositivo criado no Congresso para aumentar a verba do fundo eleitoral, prevista inicialmente em R\$ 2,1 bilhões, seria inconstitucional por invadir a competência do presidente da República — a quem cabe enviar a proposta orçamentária, incluindo os critérios para se definir o valor do fundo.

O ministro André Mendonça, recém-empossado no STF, é o relator da ação movida pelo Novo. Na semana passada, o magistrado, que já foi advogado-geral da União do atual governo, pediu informações à Presidência e ao Congresso e levará o assunto à apreciação do plenário da Corte.

O Executivo passou a negociar o aumento das verbas do fundo eleitoral após pressões de caciques do Centrão, grupo de partidos que apoiam o governo e o projeto do presidente Jair Bolsonaro (PL) de se reeleger.

Ao mesmo tempo, lideranças do bloco articulam para que seus interesses eleitorais não sejam atingidos pelo corte de R\$ 9 bilhões que o Ministério da Economia precisa fazer no Orçamento 2022 para ajustar as contas.

Crítica ao aumento do fundo

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) criticou a tentativa do Centrão de ampliar o já turbinado Fundo Eleitoral, de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 5,7 bilhões. “Eu vejo como inviável. Acho que no Senado não passa. Não tem sentido aumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília. A iniciativa de aumentar o chamado fundo é liderada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão. O movimento começou depois que o presidente Jair Bolsonaro entregou o controle do Orçamento ao político do PP. Izalci destacou, porém, que não basta a vontade de Nogueira de aumentar o fundo. “A suplementação desse valor passa pelo Congresso. Teria de ser por um PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional), teria de passar pela CMO (Comissão Mista de Orçamento) e, depois, ir à votação.”

Segundo a equipe do ministro Paulo Guedes, o corte é necessário para cobrir despesas que foram subestimadas pelo Congresso durante a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano. Bolsonaro tem até a sexta-feira para sancionar o Orçamento, com ou sem cortes.

De acordo com apuração do **Correio** junto a integrantes do Centrão, que falaram na condição de anonimato, o principal interesse do grupo é poupar dos cortes os recursos de emendas parlamentares, com as quais

deputados e senadores enviam benefícios para seus redutos eleitorais. As chamadas emendas do relator, por exemplo, que não têm transparência e servem para o governo barganhar apoio no Congresso, contam com uma previsão de R\$ 16,5 bilhões para este ano.

Proteção

Na avaliação do economista Ciro de Avelar, a discussão sobre os cortes no Orçamento tem se desenrolado de maneira

a garantir que Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão, comande as rédeas dos ajustes de forma a não causar prejuízos ao grupo político. “Isso ficou claro com as emendas do relator, que não serão cortadas e já estão destinadas, de, aproximadamente, R\$ 16 bilhões”, disse. “O corte de R\$ 9 bilhões tende a não prejudicar parceiros e aliados que serão muito importantes este ano para a base eleitoral do presidente”, frisou.

Avelar destacou que Nogueira está mapeando quais são os

parlamentares fiéis ao governo nas votações do Congresso. “Esse corte deve vir, principalmente, nas emendas que não são de interesse do governo ou que não devem refletir numa perspectiva positiva a Bolsonaro”, avaliou.

Renato Ribeiro de Almeida, advogado especialista em direito eleitoral, teme que por trás dessas discussões haja “apenas uma manobra eleitoreira, favorecendo emendas parlamentares, em detrimento da necessidade de apertar os gastos orçamentários do ano”.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Consolidação de Tebet pode sangrar candidatura de Doria

Não está fácil a vida do governador João Doria, pré-candidato do PSDB a presidente da República. Ontem, a Executiva do Cidadania, reunida com representantes de 24 diretórios regionais, por 17 a 3 decidiu ampliar os entendimentos para a formação de uma federação partidária e montou uma comissão para conversar também com o Podemos, o MDB e o PDT. Há resistências à candidatura de Doria no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Paraná, na Bahia, na Paraíba, no Distrito Federal, em Goiás, no Pará e no Amapá, estados que admitem até não coligar e disputar as eleições com chapa própria. Simpático à aliança com Doria, o presidente do Cidadania, Roberto Freire, líder histórico da legenda, defende a federação com os tucanos na perspectiva de um projeto futuro de fusão, que seria um reencontro social-democrata. Pré-candidato à Presidência, o senador Alessandro Vieira (SE) foi escolhido para coordenar as conversas da comissão com as demais legendas.

Enquanto a federação com o Cidadania está no telhado, Doria enfrenta uma articulação dos dissidentes do PSDB com a candidata do MDB, Simone Tebet (MS). Para o senador Tasso Jereissati (CE), a emedebista pode surpreender

na campanha. Tebet também conta com o apoio do senador José Aníbal (SP), outro adversário de Doria que trabalha para que os aliados do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite — que disputou com Doria e perdeu as prévias do PSDB —, venham a se engajar na candidatura de Tebet. Embora Doria tenha 2% de intenções de votos e Simone, 1%, as pesquisas de opinião mostram uma rejeição muito mais alta ao governador de São Paulo: enquanto a senadora tem 5%, o tucano registra 23%.

Tebet desconversa quanto às articulações com os dissidentes do PSDB, mas participou de uma reunião, na semana passada, na casa de Aníbal, com Tasso e Michel Temer. Na ocasião, o ex-presidente da República informou que o presidente do MDB, Baleia Rossi, já havia contratado o marqueteiro Felipe Sotelo, que faz a campanha do falecido prefeito paulistano Bruno Covas, para cuidar da imagem de Tebet.

Entretanto, Doria também tem seus aliados no MDB. Em São Paulo, as duas legendas formam um só bloco político, no estado e na capital. O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que assumiu o cargo com a morte do titular, sempre foi aliado do PSDB. Ex-ministro da Secretaria de Governo de Michel Temer,

A SENADORA DO MDB DESCONVERSA QUANTO ÀS ARTICULAÇÕES COM OS DISSIDENTES DO PSDB, MAS PARTICIPOU DE UMA REUNIÃO NA SEMANA PASSADA NA CASA DO SENADOR JOSÉ ANÍBAL (SP), COM TASSO JEREISSATI (CE) E O EX-PRESIDENTE MICHEL TEMER (MDB)

Carlos Marun (MDB) não esconde a simpatia por um acordo entre Tebet e Doria. O tucano tem afirmado que gostaria de uma mulher como vice.

Em contrapartida, uma ala expressiva do MDB já cristianiza a candidatura de Tebet, antes mesmo da largada da campanha eleitoral. O grupo político formado pelos senadores Renan Calheiros (AL), Eduardo Braga (AM) e Jader Barbalho (PA), e os ex-senadores Eunício de Oliveira (CE) e Romero Jucá (RR), além do ex-presidente José Sarney, é tradicional aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (TO), e o senador Fernando Bezerra (PE), ex-líder do governo no Senado, apoiam a reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Até agora, porém, não há manifestações

públicas contra a senadora de seus colegas de Senado.

O fator Alckmin

Ontem, Lula voltou a admitir a possibilidade de o ex-governador Geraldo Alckmin vir a ser o vice na sua chapa. Foi um “chega pra lá” nos setores do PT e aliados à esquerda que estão fazendo campanha contra o ex-tucano. O ex-presidente disse que será candidato para ganhar a eleição e “não para ser protagonista”, uma espécie de resposta à ala esquerda da legenda e aos aliados do PSol.

Enquanto nada se resolve, o nome de Alckmin permanece no noticiário político, o que não ocorreria se a aliança com Lula não estivesse em cogitação. Responsável pelo lançamento da candidatura de

João Doria à prefeitura de São Paulo, no decorrer da campanha eleitoral de 2018, Alckmin foi cristianizado por Doria, que se aproximou de Bolsonaro e depois o apoiou no segundo turno. Para complicar ainda mais a relação, Doria resolveu filiar ao PSDB o vice Rodrigo Garcia, indicando-o como sucessor, o que frustrou as pretensões de Alckmin, num caso clássico de criatura que se volta contra o criador. E ainda criou um contencioso com a cúpula do antigo DEM, que se fundiu com o PSL no União Brasil.

O projeto original de Alckmin era ser candidato ao governo paulista, a convite do presidente do PSD, Gilberto Kassab, outro ex-desafeto. Entretanto, o ex-governador Márcio França, que foi vice de Alckmin, articulou uma aproximação do ex-tucano com Lula, na esperança de que ele venha a ser o vice na chapa presidencial, abrindo caminho para a candidatura de França ao Palácio dos Bandeirantes, com o apoio de Lula. Ocorre que o ex-prefeito Fernando Haddad teve a candidatura mantida pelo PT e a relação com o PSB se complicou, até porque há outros contenciosos regionais.

Diante do impasse, Alckmin permanece sem partido e seu nome está como charuto de bêbado na boca de Lula, o que é muito bom para os dois.